

Ofício FONACATE/SG nº 017/2020

Brasília, 19 de fevereiro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
MAJOR OLÍMPIO
Senador da República (PSL/SP)
70.165-900 – Brasília – DF

Assunto: Retomada do Diálogo entre Servidores Públicos e Governo Federal

Senhor Senador,

1. Ao saudá-lo, reportando-nos à reunião com Vossa Excelência realizada em 12 de fevereiro último, o **Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE)**, associação civil integrada por 32 entidades nacionais associativas e sindicais, representante de mais de 200 mil servidores públicos nos três níveis da federação, vem apresentar, conforme requerido, um rol de ações que poderiam ser adotadas pelo Governo Federal, a fim de propiciar a retomada do diálogo com os servidores públicos, hoje prejudicado em função das declarações do ministro da Economia e dos ataques ao funcionalismo.

2. Primeiramente, espera-se a retratação do ministro da Economia quanto às ofensas ao funcionalismo durante evento da FGV em 7 de fevereiro último, no Rio de Janeiro, quando comparou servidores públicos a parasitas. Além disso, as inverdades proferidas no mesmo discurso, de que o governo “gasta 90% da receita toda com salário e é obrigado a dar aumento de salário”, e que “o funcionalismo teve aumento de 50% acima da inflação” também ensejam correção nos meios públicos.

3. Outro gesto favorável à retomada do diálogo seria a retirada das PECs 186, 188 e 438 que, dentre outras medidas, autorizam os entes federados a reduzirem a jornada com redução proporcional da remuneração dos respectivos servidores, assim como a PEC 187, que, ao extinguir fundos infraconstitucionais, pode inviabilizar a prestação de serviços públicos em diversas áreas. Em conjunto, tais propostas são a maior ameaça em curso ao serviço público, e não é possível construir um diálogo profícuo enquanto tais medidas estiverem tramitando.

4. Além disso, a reabertura do diálogo requer que os servidores públicos, por meio de suas entidades de classe, sejam ouvidos na elaboração da reforma administrativa em curso, pois são os profissionais mais habilitados para avaliar e propor mecanismos de aprimoramento da Administração Pública.

5. Por fim, a edição da Medida Provisória 873/2019, revertida no STF, abalou os alicerces da liberdade sindical e da democracia, ao tentar inviabilizar o direito dos servidores de consignarem em folha para suas respectivas entidades de classe. Seria oportuno, nesse sentido, a revogação do art. 36 da IN 02/2018, que exige compensação pela participação de servidores em atividades sindicais, assim como do Ofício MP 605/16, que exclui servidores liberados para mandato classista da folha de pagamento da União, mesmo com ressarcimento ao erário.

6. Certos de vossa compreensão, firmamo-nos.

Atenciosamente,



RUDINEI MARQUES

Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado
Presidente do UNACON SINDICAL – Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de
Finanças e Controle



MARCELINO RODRIGUES

Secretário-Geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado
Presidente da ANAFE – Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais

Compõem este Fórum:

AACE – Associação dos Analistas de Comércio Exterior
ADB – Associação dos Diplomatas Brasileiros
ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
AFIPEA SINDICAL – Sindicato Nacional dos Servidores do IPEA
ANADEF – Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais
ANADEP – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos
ANAFE – Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais
ANAPE – Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal
ANESP – Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental
ANFFA SINDICAL – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários
ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
ANPM – Associação Nacional dos Procuradores Municipais
ANPPREV – Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais
AOFI – Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência
APCF – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais do Departamento de Polícia Federal
ASSECOR – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento
AUDITAR – União dos Auditores Federais de Controle Externo
CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais
FENAFIM – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais
FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital
SINAGENCIAS – Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação
SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
SINDCVM – Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos nos Entes de Promoção e Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários
SINDIFISCO NACIONAL – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU
SINDPFA – Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários
SINDSUSEP – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Superintendência de Seguros Privados
SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional
UNACON SINDICAL – Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle
UNAFISCO NACIONAL – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil